



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

10. PROVA OBJETIVA
Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos

TÉCNICO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL
Administração Pública

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 50 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a charge.



(www.chargeonline.com.br)

Considerando o contexto e que há apenas 3 personagens na charge, o espaço da primeira frase deve ser preenchido, segundo a norma culta, com

- (A) para livrá-lo!
- (B) para lhe livrar!
- (C) para livrar ele!
- (D) para livrar-lhe!
- (E) para livrar-lhes!

As questões de números 02 a 17 baseiam-se no texto.

Êxito da fiscalização

Os primeiros balanços da chamada lei seca demonstram com precisão a necessidade de impedir que álcool e volante se misturem.

A Polícia Militar Rodoviária de São Paulo registrou redução de 15,3% no número de acidentes com vítimas e de 8,8% na quantidade de mortes nas rodovias do Estado na comparação entre as estatísticas de 1.º a 20 de julho de 2008 – quando a lei seca já estava em vigor – e os dados do mesmo período de 2007.

Na capital paulista, o efeito foi ainda mais gritante. Estudo do Instituto Médico Legal mostrou queda de 63% no número de mortes em desastres automobilísticos quando se comparam as quintas, sextas, sábados e domingos das primeiras três semanas sob a nova lei com igual período do mês de junho.

O conceito por trás da lei seca é corretíssimo. Se a pessoa opta por beber, precisa renunciar momentaneamente a dirigir. Ninguém tem o direito de colocar em risco a vida de terceiros.

A nova norma, entretanto, peca por exageros e tem pelo menos uma grave falha técnica: há sólida jurisprudência atestando que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Assim, é bastante provável que o uso do bafômetro ou a coleta de sangue sejam *rechaçados* como meio de prova nos tribunais. Alguns motoristas que ingressaram com ações já obtiveram liminares isentando-os dos testes. A confirmar-se esse entendimento, a nova legislação será menos efetiva do que a anterior.

É o caso, portanto, de rapidamente corrigir o diploma, de modo a despi-lo de seus excessos – como a pena de detenção – e equívocos jurídicos. Mais importante, é fundamental não desmobilizar as operações policiais de fiscalização. Não é necessário muito mais do que bom senso para concluir que o êxito na redução de óbitos se deve muito mais ao surgimento de uma fiscalização sistemática do que aos novos rigores legislativos.

(Folha de S.Paulo, 23.07.2008. Adaptado)

Vocabulário:

- *jurisprudência*: interpretação que os tribunais dão à lei.
- *diploma*: lei.

02. As informações dos dois primeiros parágrafos do texto confirmam que

- (A) é perigoso dirigir um veículo sem que haja ingestão de álcool.
- (B) a direção de veículos é mais agradável quando se ingere álcool.
- (C) não há problema de se misturar álcool e direção de veículos.
- (D) o álcool é um perigo se estiver associado à direção de veículos.
- (E) se deve dirigir um veículo sempre que se ingerir álcool.

03. Comparando os dados dos acidentes nas estradas com os dos acidentes na cidade de São Paulo, constata-se que os resultados da chamada lei seca

- (A) tiveram um impacto bem maior nas rodovias.
- (B) não foram significativos quanto à redução de acidentes.
- (C) tiveram um impacto muito maior na cidade.
- (D) ainda não permitem uma análise confiável.
- (E) mostram que ela certamente é ineficaz.

04. De acordo com o texto, um risco quanto à aplicação da nova lei diz respeito ao fato de

- (A) não ser obrigatório uma pessoa produzir prova contra si mesma.
- (B) as pessoas se disporem, sem restrições, a realizar o teste do bafômetro.
- (C) haver lei que obrigue a coleta de sangue para produzir prova.
- (D) as pessoas não saberem que é obrigatório realizar o teste do bafômetro.
- (E) as pessoas não entrarem com liminar após o teste do bafômetro.

05. De acordo com o ponto de vista do autor,

- (A) a lei seca é fraca, pois não prevê a pena de detenção.
- (B) a pena de detenção é um excesso da chamada lei seca.
- (C) a lei seca deveria prever mais rigor na pena de detenção.
- (D) a pena de detenção evitaria equívocos jurídicos.
- (E) a lei seca é justa por contemplar a pena de detenção.

06. Considere as afirmações:

- I. aplicação da lei sem que haja alterações em seu teor;
- II. detenção dos motoristas que desobedecerem à chamada lei seca;
- III. manutenção das operações policiais de fiscalização.

O ponto de vista do autor está expresso apenas em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

Para responder às questões de números 07 a 09, considere o trecho:

É o caso, portanto, de rapidamente corrigir o diploma, de modo a despi-lo de seus excessos – como a pena de detenção – e equívocos jurídicos.

07. As informações do trecho deixam evidente que a correção da chamada lei seca tem por objetivo
- (A) torná-la mais agressiva, evitando excessos dos infratores.
 - (B) acrescentar regras, como a pena de detenção.
 - (C) pôr em prática a aplicação dos equívocos jurídicos.
 - (D) torná-la ágil, para garantir a aplicação da pena de detenção.
 - (E) retirar-lhe os equívocos jurídicos e o que for redundante.
08. De acordo com o trecho, é _____ que a chamada lei seca deve ser _____, ou seja, corrigida.
- Os espaços da frase devem preenchidos, respectivamente, com
- (A) flagrante ... ratificada
 - (B) flagrante ... retificada
 - (C) flagrante ... emendada
 - (D) flagrante ... ratificada
 - (E) flagrante ... retificada
09. No trecho, a conjunção *portanto* expressa sentido de
- (A) tempo.
 - (B) adversidade.
 - (C) adição.
 - (D) conclusão.
 - (E) condição.
10. Em sua conclusão, o autor mostra que a redução de óbitos deve ser atribuída
- (A) muito mais à fiscalização policial do que ao rigor da lei.
 - (B) a uma fiscalização policial bem menos ostensiva.
 - (C) à ineficácia das ações policiais de fiscalização.
 - (D) à rigorosa lei combinada à fraca fiscalização policial.
 - (E) à ausência absoluta de fiscalização policial.
11. No penúltimo parágrafo do texto, o termo *rechaçados*, significa
- (A) considerados.
 - (B) aceitos.
 - (C) analisados.
 - (D) apresentados.
 - (E) rebatidos.

12. No primeiro parágrafo do texto, a expressão “com precisão” expressa sentido de _____ e pode ser substituída, sem alteração de sentido, por _____.

Completam os espaços da frase, respectivamente, os termos:

- (A) afirmação ... preciosamente
- (B) modo ... precisamente
- (C) intensidade ... precipitadamente
- (D) tempo ... precisamente
- (E) afirmação ... precipitadamente

13. Considere a frase: *Se a pessoa opta por beber, precisa renunciar momentaneamente a dirigir.*

A forma verbal “precisa” mantém-se inalterada se “opta” for substituída por

- (A) optou.
- (B) optava.
- (C) optara.
- (D) optasse.
- (E) optaria.

14. Em – *Estudo do Instituto Médico Legal mostrou queda de 63%... – o antônimo da palavra queda é*

- (A) baixa.
- (B) continuidade.
- (C) aumento.
- (D) proporção.
- (E) tendência.

15. Assinale a alternativa em que a frase está corretamente pontuada.

- (A) O efeito, na capital paulista foi ainda mais gritante.
- (B) O efeito na capital paulista, foi ainda mais gritante.
- (C) O efeito, foi na capital paulista, ainda mais gritante.
- (D) O efeito, na capital paulista, foi ainda mais gritante.
- (E) O efeito foi, na capital paulista ainda mais gritante.

16. Considere as frases.

- I. Se as pessoas optam por beber, precisa renunciar momentaneamente a dirigir.
- II. As pessoas não têm o direito de colocar em risco a vida de terceiros.
- III. As pessoas não são obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Quanto à concordância, está correto apenas o contido em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

17. Assinale a alternativa em que a preposição “de” expressa sentido de tempo.
- (A) ... a necessidade de impedir que álcool e volante se misturem.
- (B) A Polícia Militar Rodoviária de São Paulo registrou redução de 15,3%...
- (C) ... no número de acidentes com vítimas...
- (D) ... com igual período do mês de junho.
- (E) ... o uso do bafômetro ou a coleta de sangue sejam rechaçados...

18. Assinale a alternativa correta quanto à regência verbal.
- (A) Há pessoas que preferem beber mais do que dirigir.
- (B) Há pessoas que preferem mais beber do que dirigir.
- (C) Há pessoas que preferem beber que dirigir.
- (D) Há pessoas que preferem mais beber a que dirigir.
- (E) Há pessoas que preferem beber a dirigir.

19. Assinale a frase correta quanto ao emprego do acento indicativo da crase.
- (A) A Polícia divulgou à redução de 15,3% no número de acidentes com vítimas.
- (B) Analisando os dados de quinta à domingo, constatou-se queda no número de mortes.
- (C) Optando por beber, uma pessoa deve renunciar à direção do veículo.
- (D) A lei seca entrou em vigor à partir de junho de 2008.
- (E) A lei seca vai ser aplicada à motoristas alcoolizados.

20. Considere as informações:

- PM _____ 266 em blitz da Lei Seca, multa 15 e prende dois.

(www.estadao.com.br/cidades/not_cid201061,0.htm)

- Nesta terça-feira, integrantes das polícias Civil, Militar e Técnico-Científica estiveram reunidos com advogados, promotores de justiça e _____ para decidir ajustes nos procedimentos administrativos referentes à lei federal 11.705, que trata da _____ no trânsito.

(www.oglobo.globo.com/sp/transito/mat, 01.07.2008)

Os espaços das frases devem ser preenchidos, respectivamente, com

- (A) pára ... juízes ... embriaguêz
- (B) para ... juizes ... embriaguêz
- (C) pára ... juizes ... embriaguêz
- (D) para ... juízes ... embriaguez
- (E) pára ... juízes ... embriaguez

21. O dever administrativo de manter plena transparência em seus atos resulta no princípio da
- (A) razoabilidade.
- (B) publicidade.
- (C) proporcionalidade.
- (D) supremacia do interesse público.
- (E) finalidade.

22. A disposição da Constituição Federal segundo a qual: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” implica o princípio da
- (A) legalidade.
- (B) razoabilidade.
- (C) supremacia do interesse público.
- (D) obrigatoriedade do serviço público.
- (E) moralidade administrativa.

23. Os mesmos fundamentos do princípio da legalidade se radicam ao princípio da
- (A) proporcionalidade.
- (B) moralidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) finalidade.
- (E) publicidade.

24. O ato administrativo quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios é
- (A) perfeito.
- (B) válido.
- (C) vigente.
- (D) justo.
- (E) eficaz.

25. O revestimento exterior do ato administrativo chama-se
- (A) conteúdo.
- (B) objeto.
- (C) forma.
- (D) motivo.
- (E) possibilidade.

26. É atributo do ato administrativo:

- (A) imperatividade.
- (B) formalidade.
- (C) finalidade.
- (D) validade.
- (E) eficácia.

27. A manifestação opinativa de um órgão consultivo expendendo sua apreciação técnica sobre o que lhe é submetido é chamado de

- (A) ofício.
- (B) parecer.
- (C) portaria.
- (D) resolução.
- (E) instrução.

28. A extinção de um ato administrativo ou de seus efeitos por outro ato administrativo, efetuada por razões de conveniência e oportunidade, respeitando-se os efeitos precedentes é feita por

- (A) cassação.
- (B) contraposição.
- (C) invalidação.
- (D) revogação.
- (E) caducidade.

29. O processo administrativo inicia-se pela fase

- (A) instrutória.
- (B) probatória.
- (C) propulsória.
- (D) dispositiva.
- (E) de comunicação.

30. O Princípio de acordo com o qual a Administração, em todo o transcurso do processo administrativo, está adstrita a agir de forma lhana, sincera corresponde a

- (A) verdade material.
- (B) ampla instrução probatória.
- (C) oficialidade.
- (D) revisibilidade.
- (E) lealdade e boa-fé.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O conjunto de órgãos instituídos, compreendendo os órgãos, as pessoas jurídicas e agentes, para a consecução concreta dos objetivos do governo e a atividade pública caracterizam a Administração

- (A) Empresarial.
- (B) Pública.
- (C) Gerencial.
- (D) Financeira.
- (E) de Recurso Humanos.

32. A Administração Governamental no desempenho de suas atribuições adota as formas básicas de organização e atuação administrativa, que são

- (A) Centralização e Descentralização.
- (B) Direta e Induzida.
- (C) Política e Discricionária.
- (D) Autárquica e Fundacional.
- (E) Conduta Independente e responsabilidade Política.

33. O conjunto de entes que, vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviços públicos ou de interesse público e proporcionam ao Estado a satisfação de seus fins administrativos, caracterizam a Administração

- (A) Direta.
- (B) Fundacional.
- (C) Indireta.
- (D) por Colaboração.
- (E) por Cooperação.

34. A criação do Departamento Administrativo de Serviço Público – DASP, em 1936, caracterizou a fase inicial da Administração Pública que tem como princípios o mérito e a formalidade racional-legal, identificada como Administração

- (A) Burocrática.
- (B) Patrimonialista.
- (C) Gerencial.
- (D) Estratégica.
- (E) Contingencial.

35. Entre os princípios da Administração Pública, encontra-se o da

- (A) Previsão.
- (B) Unidade.
- (C) Continuidade.
- (D) Eficiência.
- (E) Universalidade.

36. Entre os princípios orçamentários, no Brasil, encontra-se o da
- (A) Moralidade.
 - (B) Impessoalidade.
 - (C) Exclusividade.
 - (D) Hierarquia.
 - (E) Indisponibilidade.
37. Segundo a hierarquia das leis orçamentárias, a de vigência quadrienal é
- (A) o Plano Plurianual.
 - (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) a Lei do Orçamento Anual.
 - (D) o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.
 - (E) o Orçamento da Seguridade Social.
38. O prazo para envio da lei do orçamento anual, do poder executivo ao legislativo, antes do encerramento do exercício financeiro é até
- (A) 10 de janeiro.
 - (B) 15 de abril.
 - (C) 30 de junho.
 - (D) 31 de agosto.
 - (E) 15 de dezembro.
39. Segundo o Regulamento Geral da Fundação ITESP, receber, registrar, distribuir e expedir documentos, processos e demais expedientes, executar e conferir serviços de datilografia e digitação são, à exceção da Diretoria Executiva, atribuições do serviço de apoio administrativo da Assessoria Técnica do Gabinete da Diretoria Adjunta de
- (A) Recursos Humanos.
 - (B) Administração e Finanças.
 - (C) Desenvolvimento.
 - (D) Formação, Pesquisa e Promoção Social.
 - (E) Informática.
40. Caracterizam-se as fundações públicas pela criação por autorização legislativa específica, pela dotação patrimonial, por possuírem personalidade jurídica de direito público, desempenharem atividades atribuídas ao Estado no âmbito social e sujeitarem-se ao controle ou tutela por parte da Administração Direta. Entre elas, pode-se citar como exemplo
- (A) o INSS.
 - (B) a CVM.
 - (C) o CFA e o CFC.
 - (D) a FUNAI e a FNS.
 - (E) o SESI e o SENAI.
41. Os contratos elaborados pela Administração Pública em que há a necessidade de licitação a qual caracteriza um empreendimento em sua totalidade, até a entrega em condições de entrar em operação, refere-se aos contratos administrativos de
- (A) concessão de uso de bens públicos.
 - (B) tarefas.
 - (C) fornecimento.
 - (D) gestão.
 - (E) obras públicas.
42. A conservação e manutenção da documentação, em situação regular da frota, o controle do consumo de combustível, quilometragem, registro de entrada e saída de veículos, registro de passagens, pedágios e a escala de motoristas, são atribuições do setor e sistemas de controle da(o)
- (A) Logística de Armazenagem.
 - (B) Logística Interna.
 - (C) Logística de Distribuição.
 - (D) Logística de Transportes.
 - (E) Almojarifado.
43. O registro que autentica ou evidencia uma decisão ou deliberação, como ato da gestão, a qual deve ser registrada para ter fé pública, denomina-se
- (A) Protocolo.
 - (B) Minuta.
 - (C) Draft.
 - (D) Lançamento.
 - (E) Convênio.
44. No almoxarifado, os produtos e materiais perecíveis devem ser armazenados pelo método
- (A) por frequência.
 - (B) por tamanho.
 - (C) PEPS.
 - (D) UEPS.
 - (E) Médio.
45. Segundo a Lei n.º 10.261/68, artigo 144, “ao funcionário que se desloca temporariamente para fora do município onde tem exercício, poderá ser concedido a título de indenização das despesas de alimentação e pousada, um (uma)
- (A) vale-transporte.
 - (B) ajuda de custo.
 - (C) salário-família.
 - (D) salário-esposa.
 - (E) diária.

46. Na hipótese de desapropriação pela União, por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, prevê a Constituição Federal, no seu art. 184, § 1º, que serão indenizadas em dinheiro somente as benfeitorias
- (A) necessárias.
 - (B) úteis.
 - (C) recentes.
 - (D) necessárias e as úteis.
 - (E) necessárias e as recentes.
47. Prevê o art. 191, da Constituição Federal, que aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, desde que a área não seja superior a
- (A) 05 hectares.
 - (B) 10 hectares.
 - (C) 20 hectares.
 - (D) 25 hectares.
 - (E) 50 hectares.
48. Dispõe o art. 184, do Capítulo III (Da Política Agrícola, Agrária e Fundiária), do Título VI (Da Ordem Econômica), da Constituição do Estado de São Paulo, dentre os seus incisos, que caberá ao Estado, com a cooperação dos Municípios:
- I. orientar o desenvolvimento rural, mediante zoneamento agrícola inclusive;
 - II. manter um sistema de defesa sanitária animal e vegetal;
 - III. criar sistema de inspeção e fiscalização de insumos agropecuários;
 - IV. manter e incentivar a pesquisa agropecuária.
- Estão corretos os itens:
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
49. A Constituição do Estado de São Paulo estabelece em seu art. 184, § 2º, que o Estado, mediante lei, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural, com objetivo de propor diretrizes à sua política agrícola, garantida a participação de
- I. representantes da comunidade agrícola, tecnológica e agrônômica;
 - II. organismos governamentais;
 - III. setores empresariais e de trabalhadores;
 - IV. institutos de pesquisa.
- Estão corretos os itens:
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
50. O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, de acordo com o art. 16, § 1º, da Lei n.º 10.207/99, será nomeado pelo Governador, entre os membros de uma lista tríplice encaminhada pelo Conselho Curador, composta por pessoas de reputação ilibada e de notório conhecimento nas áreas de política agrária e de regularização fundiária, para um mandato
- (A) de 01 ano.
 - (B) de 02 anos.
 - (C) de 03 anos.
 - (D) de 05 anos.
 - (E) por prazo indeterminado.